



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 38.522.827/0001-38

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 017/2025

“ALTERA A LEI Nº 824, DE 17 DE MARÇO DE 2025, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Câmara Municipal de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso VIII, do art. 13 da Lei nº 824, de 17 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13
(...)

VIII – experiência de pelo menos um (01) ano na promoção, proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, em formulário próprio expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Art. 2º. O art. 69 da Lei nº 824, de 17 de março de 2025, passará a vigorar acrescido do § 3º com a seguinte redação:

Art. 69
(....)

§ 3º. Em caso de vacância no cargo de Conselheiro Tutelar ocorrida nos 02 (dois) últimos anos do mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá realizar processo de escolha suplementar de forma indireta observada as seguintes disposições:

I - o processo de escolha suplementar indireto terá como colégio eleitoral os membros titulares do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II - fica facultada ao CMDCA a redução dos prazos previstos para as etapas do processo de escolha, desde que assegurados os princípios da publicidade, transparência, impessoalidade e igualdade de condições entre os candidatos;

III - serão observadas no que couber, as demais normas e procedimentos aplicáveis ao processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares, conforme legislação

João Rocha



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 38.522.827/0001-38

Federal e as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;

IV - o Conselheiro Tutelar eleito por processo suplementar exercerá o mandato pelo período restante do mandato em curso.

Art. 4º. Fica acrescido o inciso IV ao art. 86 da Lei nº 824, de 17 de março de 2025, com a seguinte redação:

Art. 86

(....)

IV - Fica vedado que servidores públicos ocupantes de cargos Comissionados e parentes de até terceiro grau de Prefeito, Vice-prefeito, Vereadores e Secretários Municipais ocupem vagas destinadas à representação da sociedade civil.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Morro da Garça, 29 de dezembro de 2025.

Carlos Eduardo Mariz Rocha
Presidente da Câmara Municipal.